



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

**Discurso proferido na sessão de 14 de fevereiro de 1966,
publicado no DCD de 15 de fevereiro de 1966, página 402.**

O SR. MÁRIO PIVA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais de uma vez, desta tribuna, tenho feito declarações expressas a respeito de minha posição relativamente ao Governo anterior, isto é, ao Governo do Sr. João Goulart.

Combati, naquela época, todos os erros e desmandos cometidos pelo Sr. Jango e pelo Sr. Brizzola. Combato, hoje, todos os erros, todos os desmandos e todas as violências que estão sendo cometidas pela revolução.

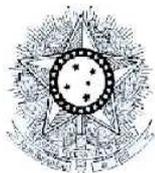
Mantenho, desta sorte, absoluta coerência na minha posição quanto aos acertos e desacertos do poder constituído.

O mesmo não fazem certos senhores que, durante o Governo do Sr. João Goulart, vinham para esta tribuna combater aquilo que consideravam uma ameaça à ordem democrática e hoje se acomodam e aceitam, calmamente, as violências que estão praticando e que arrastam o País à beira de uma ditadura.

Sr. Presidente, sou tão honesto em minha apreciação que considero ter sido o Ato Institucional nº 1 recebido com boa dose de esperança. O povo aceitou o primeiro Ato Institucional porque admitiu que dali iríamos partir efetivamente para o restabelecimento da ordem democrática. O Ato Institucional nº 2 causou certa tranqüilidade, porque vivíamos dias que, sentíamos nesta Casa, eram ameaçadores, e mereceu manifestações de aplauso e de apoio de governadores e de entidades das mais diversas categorias profissionais.

Surgiu então o Ato Institucional nº 3. Silêncio tumular se abateu sobre este País. Só as vozes da oposição se ouvem, nesta Casa, combatendo o diploma. Os próprios governistas preferem não examiná-lo, porque não teriam condições sequer de justificar as razões e os motivos que levaram o Governo a adotar a medida.

O Líder no Senado, como foi dito nesta Casa, há pouco tempo, pelo nobre Deputado Hamilton Nogueira, tentou justificar esse Ato, com a expressão muito em moda: - “uma determinante conjuntural da Revolução”, e acabou ensejando a um homem sóbrio e equilibrado como Aloysio de Carvalho, Senador pela Bahia a oportunidade de dizer que S. Exa. admitia estar o Governo dividindo os Estados em duas categorias: os da primeira e os de segunda categoria.



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

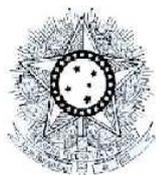
Quero, desta tribuna, deixar registrado, Sr. Presidente, que aceito integralmente a tese defendida pelo líder do Governo de que o Manifesto do Movimento Democrático Brasileiro é saudosista: Efetivamente é saudosista. De minha parte, por exemplo, sinto saudades das eleições diretas: sinto saudades da liberdade que gozava de criticar o governo passado; sinto saudades da segurança de que dispúnhamos nesta Casa. Saudade positiva Sr. Presidente; não saudade no sentido negativo, que deve ser, realmente a que eles sentem e não eu.

Sr. Presidente, esta revolução não tem filosofia. Acabou-se a famosa filosofia democrática da revolução. Baseia-se, agora, na injustiça, no falso conceito de legislação trabalhista, no planejamento econômico copiado de outras nações e no restabelecimento de uma ordem democrática que não sabemos onde está. A revolução não foi, como não poderia ser, constitucional; como não foi, por incrível que pareça, inconstitucional, porque o primeiro ato da revolução foi o de institucionalizar-se na própria Constituição.

Ora vejam, Srs. Deputados, quantas incoerências e quantas incongruências cercam os atos do atual governo. Essa revolução foi, efetivamente, e eu por muito tempo resisti em aceitar a idéia, apenas um golpe. Golpe que causou sérios transtornos aos meios civis e também aos meios militares, pois não creio que todos os militares estejam de acordo com o que está acontecendo. Ao contrário. Manifestações de jovens militares demonstram, claramente, que ele se colocam contra esses abusos, esses absurdos cometidos pelo Governo atual.

A verdade, Sr. Presidente, é que a revolução, visando a alterações da ordem sócio-política e da economia do País, fracassou sob os dois aspetos. Fracassou porque com enxurradas de leis, de atos institucionais, de atos complementares, de decretos-leis, de subleis, enfim, porque a capacidade legislativa do Executivo se desorientou totalmente. Basta analisar aqueles instrumentos legais que entregamos ao Governo. Basta comparar certos comportamentos desse mesmo Governo. Imaginem, Senhores Deputados, que, em nome da segurança nacional, o Governo baixa um decreto-lei instituindo o cruzeiro forte e, em nome dessa mesma segurança nacional, encaminha a esta Casa, para coonestar o seu ato, a intervenção em Alagoas. São duas atitudes inteiramente diversas, apenas querendo transferir, no segundo caso, a sua responsabilidade.

Tantas leis, Sr. Presidente, dizia eu, e nenhum sentido social têm. Examinemos, por exemplo, a lei eleitoral, uma das mais perfeitas que se fizeram neste País, aprovada



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

neste Congresso. Pois bem, hoje, que é esse diploma legal? É um farrapo desprezado, substituído pelos Atos Institucionais nºs 2 e 3 e atos complementares que se seguiram a seguirão. A reforma bancária é apenas expectativa de mais alguns milhares de desempregados neste País, porque, a título de baratear o dinheiro, fala-se hoje na instituição do turno único, o que representaria a demissão de quase 35 mil bancários. Se considerarmos, em média, quatro pessoas na família de um bancário, teremos cerca de 150 mil pessoas para aumentar a legião daqueles que passam fome neste País. E vou provar que passam fome com as estatísticas que o Sr. Roberto Campos não quer usar, pois ele as possui dentro da própria Fundação Getúlio Vargas. Por incrível que pareça até 1963, consumíamos, em média, **per capita** e por semana, 250 gramas de carne. Índice baixíssimo. Pois bem, no biênio 64-65, baixou para 180 gramas. Neste País, cada habitante consumia, por dia, uma colher das de sopa de leite. Pois bem, no biênio 64-65 esse consumo baixou para uma colher das de chá. É a única colher de chá que o governo dá ao povo neste momento.

Ouçõ com grande prazer, embora proferido fora do microfone, o aparte do nobre Deputado Pinheiro Brisolla. E devo dizer que também estou inteiramente de acordo com S. Exa. Estamos numa democracia plena. Vou votar no meu Prefeito, no meu Governador. Vou escolher quem quiser. O governo não vai intervir nas eleições diretas. Tenho liberdade. Ninguém está ameaçando meu mandato. Não recebi qualquer advertência até o momento. Posso garantir ao nobre Deputado Pinheiro Brisolla que isso acontece: - a minha liberdade é a “mais absoluta”.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MÁRIO PIVA – Perfeitamente, desde que não seja um discurso paralelo.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Vossa Excelência tem liberdade, como eu tenho e como temos todos nós.

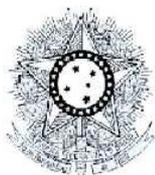
O SR. MÁRIO PIVA – Vossa Excelência vai votar para Governador de São Paulo em quem?

O Sr. Pinheiro Brisolla – Vossa Excelência disse ...

O SR. MÁRIO PIVA – Vossa Excelência vai votar para Governador de São em quem?

O Sr. Pinheiro Brisolla – Eu não sou Deputado Estadual ...

O SR. MÁRIO PIVA – Então V. Exa. não é brasileiro? Vossa Excelência não é cidadão brasileiro?



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

O Sr. Pinheiro Brisolla – Sou, mas não sou Deputado Estadual ...

O SR. MÁRIO PIVA – Mas o direito de votar não é para todo cidadão brasileiro?

O Sr. Pinheiro Brisolla – ... mas tenho confiança nos Deputados de São Paulo, os quais representam o povo e vão eleger o Governador.

O SR. MÁRIO PIVA – E isto é democracia?

O Sr. Pinheiro Brisolla – Posso afirmar a V. Exa. ...

O SR. PRESIDENTE (Mário Gomes) – Atenção! Nobre Deputado Mário Piva, uma vez que permitiu o aparte ao Deputado Pinheiro Brisolla, V. Exa. tem de ouvi-lo.

O SR. MÁRIO PIVA – Sr. Presidente, fiz uma pergunta para que S. Exa. respondesse.

O PRESIDENTE (Mário Gomes) – Pediria a V. Exa., Deputado Mário Piva, que deixasse o Deputado Pinheiro Brisolla concluir seu aparte e depois fizesse sua pergunta.

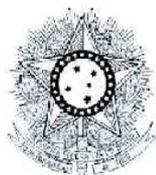
O SR. MÁRIO PIVA – Pois não, Sr. Presidente, desde que não seja um discurso paralelo.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Acontece que eleição indireta é também eleição. É uma forma de processamento das eleições. Para que haja eleição direta, pelo povo, é preciso que o Governo esteja organizado em Partido. Uma eleição direta não é possível numa situação em que sabe V. Exa. o povo brasileiro vinha sendo trabalhado por elementos subversivos que estavam querendo perturbar a vida democrática do País. Temos, primeiramente, que organizar o processo eleitoral, fazer os alistamentos e, depois então, realizarem-se as eleições diretas.

O SR. MÁRIO PIVA – Muito obrigada a V. Exa.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Mas, para evitar agitação inútil, sou partidário da eleição indireta. Vossa Excelência mesmo, neste plenário, já a adotou, na votação para Presidente da República, quando o Congresso sufragou o nome do Marechal Castello Branco.

Não sei se V. Exa. votou nele, mas eu, sim, graças a Deus. O Chefe da Nação, com elevação e dignidade, tem cumprindo o seu mandato, trabalhando pela grandeza do País. Posso dizer a Vossa Excelência que – Governador do meu Estado poderá ser eleito indiretamente porque os Deputados da Assembléia Legislativa merecem a confiança do povo que os elegeu. Esses homens irão prestar serviços ao meu Estado. Quero dizer a Vossa Excelência que um dos maiores paulistas eleito Governador de São Paulo o foi por eleição indireta – Armando de Sales Oliveira – uma das figuras mais notáveis da política



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

brasileira, que representava o povo de São Paulo, prestando-lhe – e, talvez prestasse ao Brasil – os mais assinalados serviços. A eleição indireta não é antidemocrática; pelo contrário, ela representa também a Democracia.

O SR. MÁRIO PIVA – Deputado Pinheiro Brisolla, agradeço-lhe o aparte, mas V. Exa. está completamente desatualizado. Recomendaria lesse o que o nobre Deputado Pedro Aleixo, da ARENA, disse a respeito de eleição indireta. Vossa Excelência irá discutir com ele, hoje Ministro da Educação, que eleição indireta não é fonte de corrupção, porque é S. Exa., Deputado Pedro Aleixo, quem afirma, seguindo Ruy Barbosa, que eleição indireta é a maior fonte da corrupção do regime democrático.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Não vou discutir com o Deputado Pedro Aleixo.

O Sr. Andrade Lima Filho – Permite um aparte, nobre orador. Gostaria de acrescentar à brilhante resposta que V. Exa. acaba de dar ao Deputado Pinheiro Brisolla uma opinião, a de que a eleição indireta não é apenas uma fonte de corrupção, mas um roubo, como diria Ruy. Rouba-se ao povo o direito legítimo de eleger os seus governantes e quem diz isso não é o Deputado que ora aparteia Vossa Excelência, mas o eminente Brigadeiro Eduardo Gomes, na memorável campanha de 1945. E nós, que não somos udenistas, nos conservamos fiéis aos ideais do grande brasileiro.

O SR. MÁRIO PIVA – Muito obrigado.

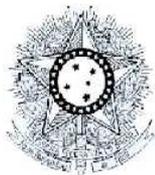
Mas, Sr. Presidente, como o atual Governo gosta muito de falar em ovos, eu diria que, até 1963, cada brasileiro consumia dois ovos por dia; de 1964 a 1965, apenas um.

O SR. PRESIDENTE (Mário Gomes) – Atenção!

O SR. MÁRIO PIVA – Terminarei, Sr. Presidente. Vossa Excelência foi gentil comigo e vou concluir agora.

Em 1960, quando tínhamos apenas 60 milhões de habitantes, consumimos 40 milhões de pares de calçados. Em 1965, com 80 milhões de habitantes, consumimos apenas 50 milhões. Isto significa que temos no País, cada dia, mais gente descalça.

Mas, Sr. Presidente, o erro desta política econômica do Governo não está apenas nisso. Há um fenômeno interessantíssimo, o da emissão de papel-moeda. O Governo nega, através de artifício, dos mais pueris, que tenham sentido econômico, as emissões de papel-moeda na inflação. Pois bem, Senhor Presidente, por inacreditável que pareça para o Governo, a emissão de papel-moeda tem estreita relação com o fenômeno da produção e do investimento. Quando há desequilíbrio muito grande, o que se verifica é, precisamente, que o surto inflacionário sofre um impacto que o levará – não agora, mas



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

em pouco tempo – à nova aceleração. Pois bem. Que aconteceu com este Governo? O Senhor Juscelino Kubitschek, em 60 meses de governo, com suas metas, com Brasília, com tudo o mais que fez, emitiu 132 bilhões de cruzeiros, ou seja, 22 milhões por mês, 733 milhões por dia, 30 milhões por hora e, num avião a jato, 510 mil cruzeiros por minuto. O Senhor Jânio Quadros, em 8 meses de governo, com sua reforma cambial, emitiu 67 bilhões, isto é, 8,3 bilhões por mês, 28 milhões por dia, 1 milhão e 200 mil por hora e, num avião DC-6, 20 mil cruzeiros por minuto. O Sr. João Goulart, nos seus 31 meses de governo, emitiu 694 bilhões de cruzeiros, com toda as suas loucuras. Foram 22 bilhões por mês, 750 milhões por dia, 31 milhões por hora e 500 mil cruzeiros por minuto; o Sr. Castello Branco, em 21 meses, sem Brasília, sem metas, sem loucuras, emitiu 1 trilhão 385 bilhões de cruzeiros, ou sejam, 66 bilhões por mês, 2 bilhões e 200 milhões por dia, 91 milhões por hora e, num avião supersônico, 1 milhão e 500 mil cruzeiros por minuto. É o que está emitindo, este Governo, além de aumentar de 2,8% para 24,6%, a carga tributária sobre a renda nacional.

O Sr. João Herculino – Por esta razão estão comemorando a passagem do aniversário do Governo em avião, soprando velinha no bolo.

O SR. MÁRIO PIVA – Obrigado pelo aparte de V. Exa.

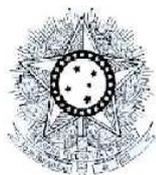
Sr. Presidente, eu pretendia fazer outras considerações sobre os erros que este Governo vem cometendo, os males que está causando, ganhando inclusive uma impopularidade geral. O interessante, neste Casa, é que Deputados, da ARENA, apoiando o Governo, ocupam a tribuna, e combatem o Governo pelo despreço que revela à vontade do povo, à assistência àqueles que produzem. Hoje, mesmo, três desses Srs. Deputados falaram aqui.

Não é o povo que está contra a revolução, Sr. Presidente, é a revolução que está contra o povo. E tanto está contra o povo que percebemos o receio, o pavor de uma consulta popular.

O Sr. Pinheiro Brisolla – Permite V. Exa. um aparte? Cinco minutos apenas.

O SR. MÁRIO PIVA – Peço desculpas, mas solicito a Vossa Excelência ocupar oportunamente a tribuna para fazer a apologia do Governo.

Sr. Presidente, o que se sente é que, enquanto o povo sofre e passa fome, esse Governo continua a discutir bizantinamente, continua a investigar a data efetiva da revolução de 64. Posso responder, Sr. Presidente. A revolução de 1964 foi a 31 de março, mas a recuperação da ordem democrática, do bem-estar do povo brasileiro



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Brasileira

continua sendo um 1º de abril. (Muito bem; muito bem. Palmas.)